

PEC do Quinquênio tem impacto de R\$ 81,6 bi em três anos, diz Senado

Parecer afirma ainda que projeto contraria Constituição ao impor gastos aos entes federados sem apontar a fonte orçamentária

CAMILA TURTELLI
E GERALDA DOCA
publica@globo.com.br
arquivo

Aprovada na semana passada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, a chamada PEC do Quinquênio, que prevê aumento de 5% nos vencimentos de juízes e promotores a cada cinco anos, pode ter um impacto aos cofres públicos de até R\$ 81,6 bilhões entre 2024 e 2026. A estimativa consta em parecer da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado, que aponta a inconstitucionalidade da proposta.

"O impacto financeiro anual da PEC nº 10, de 2023, na forma original em que foi apresentada, é estimado em R\$ 10,3 bilhões anuais caso tivesse sido vigente em todo o exercício de 2024; em R\$ 10,9 bilhões para 2025 e R\$ 11,4 bilhões para 2026", diz o estudo.

Para a consultoria, os efeitos da proposta sobre as finanças são "inequivocamente severos em termos de suas consequências sobre o aumento de gastos".

A nota técnica foi feita a pedido do Gabinete da Liderança do Governo.

O estudo afirma que a PEC contraria a Constituição, por exemplo, em relação a restrição de que novos encargos (inclusive em despesas de pessoal) não podem ser impostos pela União aos entes federados sem a previsão de fonte orçamentária e financeira.

BOMBA FISCAL

Outro ponto é sobre a obrigatoriedade de aplicação do teto remuneratório. Segundo técnicos, os recebimentos de um ministro do Supremo Tribunal Federal, por exemplo, poderiam aumentar em 35%.

O governo tem se movimentado para tentar conter o avanço da proposta. A bomba fiscal, caso se concretize, pode chegar a comprometer planos do Executivo, que tenta desde o início do atual mandato elevar a receita para colocar em prática programas sociais.

O benefício garante um ganho de 5% do salário, a ser pago a cada cinco anos de serviço público, até o limite de 30%. O relator Eduardo Gomes (PL-

TO) afirmou que vai realizar ajustes na proposta até a votação final. O texto recebeu 18 votos favoráveis, sete contrários e uma abstenção.

Inicialmente, o projeto estava limitado a magistrados e integrantes do MP. O texto aprovado na CCJ na semana passada, no entanto, amplia o benefício para outras carreiras, como defensores públicos e delegados da Polícia Federal. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), avalia que é melhor desidratar a proposta e voltar ao texto original para reduzir o impacto fiscal. Também seria uma forma de minimizar as resistências ao projeto.

— Houve um alargamento do rol de carreiras pelo relator, senador Eduardo Gomes, e na Comissão de Constituição e Justiça. Esse alargamento que é objeto de discussão nesse momento. E nós vamos ter toda a responsabilidade de dialogar com o Poder Executivo — afirmou o presidente do Senado.



Argumentos. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, com o relator da PEC do Quinquênio, Eduardo Gomes (PL-TO)

OUTRAS PROPOSTAS QUE PREOCUPAM O GOVERNO

Emendas de comissão

O presidente Lula vetou parte do montante destinado pelos parlamentares às emendas de comissão, cujo impacto aos cofres públicos seria de cerca de R\$ 5,6 bilhões, mas o Congresso ameaça derrubar a decisão ainda esta semana.

A PEC do quinquênio foi gestada no governo de Jair Bolsonaro em conversas entre Pacheco e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux. Na época, havia uma

Perse

A Fazenda propôs o fim gradual do Programa Emergencial de Reformas do Setor de Eventos até 2027 e o governo previa extinguí-lo este ano, mas o Congresso resistiu. A prorrogação aprovada ontem na Câmara geraria impacto de R\$ 15 bilhões. Texto seguiu para o Senado.

crise institucional entre os poderes inflamada pelo então chefe do Executivo. Enquanto o magistrado pleiteava o aumento de 5% nos vencimentos de juízes e promotores, a

Desoneração de prefeituras

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, tornou sem efeito trechos de MP que cancelavam a prorrogação da desoneração de prefeituras na contribuição previdenciária, o que pode impactar o governo em R\$ 10 bilhões. A AGU avalia as implicações jurídicas.

cada cinco anos, Pacheco pedia o avanço de ações que pudessem definir que cabe ao Legislativo a palavra final sobre a cassação de parlamentares condenados pelo STF.

PREFÁCIO DE RODRIGO AMARANTE E CARLOS REIS

VALTER HUGO MÃE

DEUS NA ESCURIDÃO MÃE

BIBLIOTECA AZUL

O AMOR FRATERNAL PELOS OLHOS DE VALTER HUGO MÃE

Ambientado na Ilha da Madeira, *Deus na escuridão* conta a história de dois irmãos: Pouquinho, que nasceu com uma estranha condição física, e Felicitíssimo, que faz de tudo para proteger o irmão, tal qual uma mãe. Com um projeto gráfico especial, a obra é um manifesto de lealdade e resiliência assinado com a maestria literária que tornou Valter Hugo Mãe um dos mais laureados autores do nosso tempo.

DISPONÍVEL EM LIVRARIAS, LOJAS ON-LINE, E-BOOK E AUDIO LIVRO

BIBLIOTECA AZUL